

Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Daimler Mobility Brasil Holding S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. (nova denominação da Daimler Mobility Brasil Holding S.A.) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Base para consolidação

As entidades consideradas na consolidação das demonstrações financeiras são constituídas e domiciliadas no Brasil.

A sede da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. está localizada na Avenida Alfred Jurzykowski, 562 - 2º andar, na cidade de São Bernardo do Campo. A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A., tem investimento nas seguintes

empresas:

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. está organizado e autorizado a operar como Banco Múltiplo com as seguintes carteiras: (i) Arrendamento Mercantil; (ii) Crédito, Financiamento e Investimento; e (iii) Investimento, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil. A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem uma participação societária de 100% em 2021 (100% em 2020).

A Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda. tem como objeto social a prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiro e de capitais, elaboração e execução de projetos, pesquisas de mercado e de opinião em geral, compra e venda de imóveis comerciais e residenciais, administração de imóveis próprios e de terceiros, arrendamento, exploração comercial, locação e sublocação de imóveis comerciais e residenciais e participações em outras sociedades. A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem uma participação societária de 100% em 2021 (100% em 2020).

Remuneração aos acionistas

Conforme estatuto social da Daimler Financial Services Brasil Holding S.A., é assegurado aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado a ser pago anualmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi distribuído aos acionistas dividendos no montante de R\$ 41.804 (R\$ 76.967 em 2020).

Agradecimentos

Agradecemos o empenho, a confiança e a credibilidade e em especial aos nossos funcionários e colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossas atividades.

São Paulo, 25 de Abril de 2022

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2021	2020	2021	2020
Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos		-	-	1.414.947	1.255.574
Outras receitas de juros	742	603	15.135	12.518	
Despesas com juros e similares		-	-	(778.330)	(655.613)
Resultado líquido de juros e similares	742	603	651.752	612.479	
Resultado líquido de comissões					
Receita líquida de comissões				44.526	45.009
Despesa com comissões				(4.851)	(2.103)
Resultado bruto de intermediação financeira	6	742	603	691.427	655.385
Outras receitas/despesas operacionais	151.787	195.674	(416.517)	(338.494)	
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	7	-	-	(168.621)	(138.553)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros				(4.227)	1.790
Resultado de participação em controladas	151.458	194.666	-	-	-
Despesas de pessoal	8	-	-	(89.386)	(77.486)
Despesas gerais e administrativas	9	(383)	(384)	(122.507)	(111.261)
Outras receitas/(despesas) operacionais	712	1.392	(31.776)	(12.984)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	152.529	196.277	274.910	316.891	
Imposto de renda e contribuição social - correntes		113	(252)	(207.434)	(155.133)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(227)	(273)	84.939	33.994
Lucro líquido do exercício	152.415	195.752	152.415	195.752	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020	Individuais		Consolidadas	
			2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	152.415	195.752	152.415	195.752	152.415	195.752
Outros resultados abrangentes	67.554	(19.971)	67.554	(19.971)	67.554	(19.971)
i. não será reclassificado posteriormente para lucros ou perdas						
Outros resultados abrangentes	-	(13.530)	-	(13.530)	-	(13.530)
ii. será ou poderá ser reclassificado posteriormente para lucros ou perdas	67.554	(6.441)	67.554	(6.441)	67.554	(6.441)
ii. mudanças no valor justo	67.554	(6.441)	67.554	(6.441)	67.554	(6.441)
Ajustes de avaliação patrimonial	67.554	(6.441)	122.825	(11.711)	67.554	(6.441)
Outros resultados abrangentes de Controladas	67.554	(6.441)	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	445	(267)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	122.380	(11.444)	-	-
Efeito fiscal						
Títulos e valores mobiliários	-	-	(200)	120	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(55.071)	5.150	-	-
Resultado abrangente do exercício	219.969	175.781	219.969	175.781	219.969	175.781

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Individuais		Consolidadas	
	2021	2020	2021	2020
Atividades operacionais				
Lucro antes da tributação ajustado	1.071	1.611	(140.846)	(135.347)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	152.529	196.277	274.910	316.891
Ajustes do lucro antes da tributação:	(151.458)	(194.666)	(151.756)	(452.238)
Resultado de participação em controladas	(151.458)	(194.666)	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	210.237	159.641
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	-	-	4.227	(1.790)
Depreciação e amortização	-	-	3.340	2.575
Receita com atualizações de depósitos judiciais	-	-	(3.972)	(3.143)
Despesa com provisões e contingências	-	-	(3.605)	(7.530)
<i>Risk sharing agreement</i>	-	-	20.205	(7.470)
Juros incorridos sobre ativos financeiros	-	-	(1.429.747)	(1.267.929)
Juros incorridos sobre passivos financeiros	-	-	783.559	673.408
Varição de ativos e passivos				
(Aumento) de ativos financeiros ao custo amortizado	-	-	(1.725.289)	(472.794)
Redução/(Aumento) de ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(609)	10.635	(46.411)	(125.582)
Redução/(Aumento) de ativos fiscais	(9)	(230)	(52.525)	18.749
Redução/(Aumento) de outros ativos	(17)	97	55.265	51.424
Redução de ativos não financeiros mantidos para a venda	-	-	(8.116)	3.269
Aumento/(Redução) de passivos financeiros ao custo amortizado	-	-	1.253.757	358.042
Aumento/(Redução) de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(3.133)	(4.639)
Aumento de provisões	(900)	(1.151)	(8.745)	(10.340)
Aumento de obrigações fiscais	59	62	53.604	(5.342)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(79)	(5.378)	(163.138)	(139.827)
Aumento/(Redução) de outros passivos	49	78	(21.370)	4.114
Juros recebidos sobre ativos financeiros	-	-	1.389.997	1.457.084
Juros pagos sobre passivos financeiros	-	-	(715.141)	(662.946)
Caixa líquido proveniente/aplicado das atividades operacionais	(435)	5.724	(132.091)	335.865
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	-	(9.792)	(3.987)
Alienação de imobilizado de uso	-	-	3.406	3.059
Venda de participação de não controladores	-	-	(305)	-
Dividendos recebidos	41.803	73.346	-	-
Caixa líquido (aplicado) das atividades de investimento	41.803	73.041	(6.386)	(928)
Atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos	(41.804)	(76.967)	(41.804)	(76.967)
Caixa líquido (aplicado) das atividades de financiamento	(41.804)	(76.967)	(41.804)	(76.967)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(436)	1.798	(180.281)	257.970
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.358	560	347.861	89.891
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	1.922	2.358	167.580	347.861
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(436)	1.798	(180.281)	257.970

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

e. Provisões para ações judiciais

A política contábil da DTFS Brasil para reconhecimento das provisões para ações judiciais está descrita na nota explicativa nº 4.

As provisões são passivos gerados no passado e que possuem um valor ou prazo incerto. São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando for considerado provável o risco de perda, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2021	2020	2021	2020
Ativo circulante		20.986	20.808	6.568.959	5.717.727
Caixa e equivalentes de caixa	12	1.922	2.358	167.580	347.861
Disponibilidades		1.922	2.358	125.365	125.333
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	-	42.215	222.528
Ativos financeiros	17.445	16.836	6.309.162	5.274.818	
Ao custo amortizado	15	-	-	6.215.302	5.253.398
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro		-	-	6.513.434	5.476.405
(-) Provisão para perda esperada		-	-	(298.132)	(223.007)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	57.222	-
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	13	17.445	16.836	36.638	21.420
Títulos e valores mobiliários		17.445	16.836	36.638	21.420
Ativos fiscais	25	1.619	1.610	59.944	55.094
Imposto de renda e contribuição social - correntes		1.619	1.610	59.944	55.094
Outros ativos	19	-	4	32.273	39.954
Ativo não-circulante	2.303.577	2.126.575	8.570.415	7.861.005	
Ativos financeiros					
Ao custo amortizado	15	-	-	7.829.001	7.219.430
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro		-	-	7.941.433	7.349.176
(-) Provisão para perda esperada		-	-	(363.494)	(299.270)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	41.011	-
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	13	-	-	210.051	169.524
Títulos e valores mobiliários		-	-	210.051	169.524
Ativos fiscais	25	1.475	1.702	513.218	435.875
Imposto de renda e contribuição social - diferido		1.475	1.702	513.218	435.875
Investimentos em controladas	16	2.296.959	2.119.750	488	488
Ativos tangíveis	17	-	-	9.671	8.295
Ativos intangíveis	18	-	-	11.377	9.707
Outros ativos	19	5.143	5.123	206.660	187.210
Total do ativo		2.324.563	2.147.383	15.139.374	13.578.732

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	(Em milhares de Reais)				
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Lucros Legal	Reserva Especial	Ajuste de avaliação patrimonial
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.353.742	15.213	36.761	612.834	12.294
Outros resultados abrangentes	-	-	-	13.530	(19.971)
Lucro líquido do exercício					
Destinações:					
Reserva legal	-	-	9.788	-	-
Reserva especial	-	-	-	185.964	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(76.967)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.353.742	15.213	46.549	735.361	(7.677)
Mutações do período					
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.353.742	15.213	46.549	735.361	(7.677)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	67.554
Lucro líquido do exercício					
Destinações:					
Reserva legal	-	-	7.621	-	-
Reserva especial	-	-	-	144.794	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(41.804)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.353.742	15.213	54.170	838.351	59.877
Mutações do período					
	-	-	7.621	102.990	67.554

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. ("DTFS Brasil") tem por objetivo social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. A empresa é sediada na cidade de São Bernardo do Campo - SP na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, Prédio 20, 2º andar. Sua controladora final é a Daimler Truck AG, situada em Stuttgart - Baden-Württemberg na Alemanha.

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram autorizadas para emissão conforme aprovação da Administração em 28 de abril de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRA

Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Daimler Mobility Brasil Holding S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Passivo contingente é uma possível obrigação gerada por eventos passados, mas que somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração, ou uma obrigação presente de eventos passados que não foi reconhecida por não ser provável um fluxo financeiro de saída de recursos que incorporem os benefícios econômicos exigidos para liquidar a obrigação, ou o valor dessa obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade. Portanto, uma provisão não é reconhecida nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgada.

A realização de ativos contingentes será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração. Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de decisão transitada em julgado em última instância.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Conversão de moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira - As transações originalmente denominadas ou a serem liquidadas em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pela taxa de câmbio na data do balanço são reconhecidos no resultado.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades e pelas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

c. Instrumentos financeiros derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações nas taxas de juros de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e estão classificados, de acordo com a sua natureza, na categoria de *hedge* de fluxo de caixa. Nesta categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição.

Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que forem descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido será reconhecida de forma linear no resultado pelo período a decorrer da operação.

d. Ativos e Passivos Financeiros

(i) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Conglomerado passou a aplicar o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado caso seja mantido em um modelo de negócio cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam pagamentos somente de principal e juros.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes caso ele satisfaça ao critério de somente principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingir tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro.

Valor justo por meio do resultado - Todos os outros ativos financeiros são classificados como Valor Justo por meio do Resultado. Além disso, uma entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de maneira irrevogável um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, ela elimina ou reduz significativamente um descaçamento contábil que surgiria de outro modo.

(ii) Provisão para Perda de Crédito Esperada

A perda de crédito esperada é mensurada através do cálculo do valor presente de todos os déficits esperados ao longo da vida de um instrumento financeiro. O déficit aqui utilizado é relacionado à diferença entre os valores de fluxo de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber. Uma vez que a perda de crédito esperada considera tanto o montante pago como o momento do pagamento, a perda de crédito esperada ocorre mesmo se o Banco e a Leasing esperam ser pagos integralmente, mas com atrasos com relação ao prazo contratualmente acordado.

A perda de crédito esperada é descontada à taxa original efetiva do instrumento financeiro com exceção dos instrumentos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito, os quais são descontados a uma taxa de juros efetiva ajustada determinada em seu reconhecimento inicial.

A mensuração da perda de crédito esperada e dos déficits de fluxo de caixa esperados também levam em consideração os valores de garantias dos ativos financeiros e qualquer outro fator/cláusula adicional ao crédito que fazem parte dos termos contratuais. Assim, são incluídos no cálculo de perda esperada os valores de fluxo de caixas referentes à monetização das garantias estabelecidas, tal como os custos de sua obtenção e seus valores de venda.

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a perda de crédito esperada deve ser mensurada de maneira a refletir:

- Estimativa de probabilidade de perda ponderada e não enviesada;
- Valor temporal do dinheiro; e
- Toda informação razoável e suportável (se disponível sem custo ou esforços indevidos) na data de mensuração sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

O Banco e a Leasing, portanto, calculam a perda esperada através da média ponderada das perdas de crédito esperadas por toda a vida do ativo financeiro com seus respectivos riscos de "default" utilizados como peso para a ponderação.

Para refletir os riscos de "default" são utilizados dois índices principais com diferentes metodologias e projeções internas: a probabilidade da perda e a severidade de perda. Ambos os índices são construídos através de **informações prospectivas** e públicas sobre os ativos financeiros tal como o comportamento histórico de migração de contratos entre as diferentes faixas de inadimplência e suas respectivas perdas, recuperação histórica e esperada das possíveis perdas, garantias, determinação de critérios para aumento ou redução significativa de risco de crédito, cenários macroeconômicos e qualquer outra informação relevante para determinação da perda esperada.

O impacto **macroeconômico** ainda possui um fator de escala utilizado pelo Banco e pela Leasing na mensuração da perda esperada denominado "*Future Expectation*" (FE). O fator de ajuste é determinado através da observação dos dados macroeconômicos existentes e suas projeções a fim de refletir as condições atuais e informações de crédito em relação a eventos futuros. Tal fator é revisado pela Administração em períodos trimestrais.

A partir de sua mensuração, o modelo de perda esperada demanda a classificação do ativo financeiro em três estágios, os quais são definidos da seguinte maneira:

Estágio 1: Nenhuma deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada de 12 meses).

Estágio 2: Deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação).

Estágio 3: Evidência objetiva de prejuízo, ou seja, ativos com problemas de recuperação (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação). Clientes específicos de alçadas de crédito mais elevadas considerados problemáticos são diretamente classificados nesse estágio.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1.

Aumento significativo no risco de crédito: O Banco e a Leasing avaliam diversos fatores e premissas para determinar se existe um aumento significativo no risco de crédito, tal como deterioração do fluxo de caixa do cliente, aumento da inadimplência, atrasos recorrentes, contraparte, reestruturações de crédito, etc. Além de fatores subjetivos, o Banco e a Leasing adotam como premissas mínimas e objetivas para classificação e transição entre os estágios:

Estágio 1: Inclui todos os contratos sem deterioração significativa da qualidade de crédito, ou seja, novos ativos financeiros ou ativos que possuam menos de 31 dias de atraso. Dessa forma, todos os ativos financeiros são inicialmente alocados nesse estágio.

Estágio 1 para Estágio 2: Ativos financeiros que demonstrem deterioração significativa de sua qualidade de crédito são alocados no Estágio 2. A deterioração significativa de crédito é definida como:

- Atrasos iguais ou superiores a 31 dias;
- Aumento significativo no risco de "default" (probabilidade de perda esperada);
- Aumento significativo das taxas de perda.

Estágio 2 para Estágio 3: Ativos financeiros com evidência objetiva de prejuízo / dificuldade de recuperação devem ser alocados no Estágio 3. A evidência objetiva de prejuízo de um ativo financeiro e de sua dificuldade de recuperação é definida como:

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou mutuário;
- Violação de cláusulas ou termos de contrato;
- Violação dos termos de garantia acordados por parte dos avalistas;

- Probabilidade crescente de falência ou outra reorganização financeira por parte do mutuário;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras;
- Compra ou origem de um ativo financeiro com desconto significativo que reflita em perdas de crédito incorridas;
- Atrasos iguais ou superiores a 91 dias ou 61 dias para clientes/operações individualmente relevantes;
- Operações de crédito reestruturadas.

A mensuração das perdas no valor recuperável dos ativos deve ser realizada de modo a segregarmos as operações/clientes individualmente relevantes e aquelas individualmente não relevantes que possuam similaridades de modo a serem avaliadas coletivamente. A revisão dos ativos financeiros individualmente relevantes é realizada mensalmente pela Administração, ou mais frequentemente quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Provisões para redução ao valor recuperável sobre contas individualmente avaliadas são determinadas através de uma avaliação caso a caso das perdas nos fluxos de caixa originalmente esperados em comparação ao novo fluxo de caixa da operação esperado na data do balanço. Esta avaliação considera as garantias (incluindo as prováveis despesas decorrentes de todo processo até a execução das garantias) e os recebimentos.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente os ativos e passivos financeiros são compensados e é apresentado no balanço patrimonial o valor líquido. Não há compensação de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(iv) Operações de crédito renegociadas

A Administração considera como eventos de renegociação, qualquer alteração contratual (prazo, fluxo, desconto, etc.) ocasionada devido a uma dificuldade de pagamento por parte do cliente, sendo estes eventos indicativos de perda no valor recuperável dos ativos. A partir destes eventos as operações são classificadas como Estágio 3 e, nos fluxos financeiros esperados, passam a ser considerados eventuais custos legais e do processo de recuperação. Embora os mesmos não sejam considerados como vencidos, sua provisão é calculada com base na comparação do fluxo financeiro originalmente pretendido e o novo fluxo financeiro afetado pelo evento de perda identificado e considerando todas as garantias.

(v) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado. O Grupo Financeiro Mercedes-Benz avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo ou ativo.

(vi) Reclassificação de ativos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a reclassificação de ativos financeiros é exigida caso o modelo de negócios no qual são mantidos mude após o reconhecimento inicial, e caso a mudança seja significativa para as operações da entidade.

Não há reclassificações nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(vii) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Depósitos de instituições financeiras e de clientes, obrigações por empréstimos e repasses e títulos de dívidas emitidos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros, a qual desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do instrumento. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro. As despesas de juros correspondentes destes instrumentos financeiros são incluídas na demonstração consolidada do resultado na rubrica de despesas com juros e similares.

e. Ativos tangíveis

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e eventuais perdas no valor recuperável. A depreciação é efetuada de modo a reconhecer o custo, menos o valor residual estimado de cada ativo. Ela é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

- Móveis e equipamentos de uso - 10%
- Sistema de processamento de dados (equipamento) - 20%
- Sistemas de comunicação - 10%
- Sistemas de transporte - 20%
- Instalações - 10%

Os custos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como outro ativo, dependendo do caso, somente quando houver probabilidade de que serão gerados benefícios econômicos futuros associados ao ativo. São reconhecidos no resultado do período em que são incorridas todas as despesas relativas à manutenção e reparo.

Ao final de cada exercício os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado.

f. Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis são constituídos por aquisição de licença de direito de uso de softwares e cujas amortizações são efetuadas às taxas de 20% ao ano, que consideram o prazo de vida útil dos ativos. O ágio na Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda. é proveniente da aquisição da Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. no ano de 2009 e foi baseado em laudo de avaliação de empresa especializada que utilizou como base de cálculo expectativa de rentabilidade baseada em projeção de resultado de exercícios futuros.

(i) Redução no valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, a empresa tem como prática a revisão quanto a eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil de um ativo não financeiro pode ser irrecuperável. Essa revisão ocorre ao menos anualmente, mas caso ocorram eventos ou mudanças que indiquem uma possível perda de valor recuperável, este teste pode ser efetuado com maior frequência. Na existência de alguma indicação de perda, deve ser calculado o valor recuperável deste ativo.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros deve ser reconhecida como perda quando o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável. As perdas por *impairment* deverão ser registradas no resultado do período em que foram identificadas.

g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20%, com adicional de 5% especificamente para o movimento do 2º semestre de 2021 e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da Daimler Truck Financial Services Brasil é calculada à alíquota de 15%. Para as empresas Banco e Leasing são calculadas com base na alíquota de 20%, com adicional de 5% especificamente para o movimento do 2º semestre de 2021, e para a Corretora e Assessoria é utilizado 9%, sendo que, em ambos os casos, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. São reconhecidas as despesas de IRPJ e CSLL na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil nas demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que for provável que haverá lucros tributários futuros para compensação com essas diferenças.

Os impostos correntes e diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos como benefício ou despesa de imposto de renda na demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias, são registrados na rubrica ativo fiscal diferido, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica passivo fiscal diferido.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

h. Valor justo

Para mensuração do valor justo e critérios de hierarquia, a empresa utiliza premissas de acordo com cada tipo de instrumento financeiro e através de dados disponíveis no mercado. As informações detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 11.

i. Ativos não correntes mantidos para a venda

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda e reconhecidos na rubrica Outros Ativos no ativo circulante, os bens retomados por execução de garantias prestadas em operações de créditos não performadas cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Para este ser o caso, o ativo deve estar disponível para a venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas aos termos que sejam usuais e habituais para vendas desses ativos e sua venda deve ser altamente provável.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a *impairment*. A perda por *impairment* é reconhecida no resultado e pode ser revertida.

j. Operações de arrendamento

É incluído na conta empréstimos e recebíveis o investimento líquido em arrendamentos financeiros; já as receitas brutas no prazo do arrendamento são reconhecidas de modo a gerar uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido. Os pagamentos a receber são apresentados na rubrica operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro. Os custos diretos de arrendamentos são incorporados ao valor do reconhecimento inicial do ativo.

O risco de valor residual ocorre devido à incerteza do valor de um ativo ao fim do prazo do contrato. Ao longo da vida do ativo, seu valor residual irá variar devido às incertezas do mercado futuro, a mudanças tecnológicas ou inovações em produtos e a condições econômicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início do contrato de arrendamento com base nas

expectativas da Administração de valores futuros. Durante o prazo do arrendamento, os valores residuais são revisados anualmente, de modo a identificar qualquer possível redução no valor recuperável. Qualquer redução no valor residual que resulte em uma redução no valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando for provável haver necessidade de recursos econômicos para liquidar uma obrigação legal atual ou construtiva, como resultado de eventos passados, e o valor da obrigação puder ser estimado de maneira confiável.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados conforme a seguir:

(i) ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

(ii) provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

(iii) passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação;

(iv) obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;

(v) depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes.

l. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto por capital social, reservas de capital, reservas de lucros e prejuízos acumulados. O capital social e as reservas estão detalhados na nota explicativa nº 26. O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral.

m. Receita e despesa líquida de juros e similares

São reconhecidas na demonstração individual e consolidada do resultado as receitas e despesas de juros e similares sobre ativos e passivos financeiros utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar receitas ou despesas de juros no respectivo período.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Grupo Financeiro Mercedes-Benz estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuro. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e os outros prêmios ou descontos.

A Administração utiliza o mecanismo de *stop accrual* sobre o reconhecimento de receita quando há evidência objetiva de perda.

n. Receitas e despesas de taxas e comissões

O Banco auferir receita de serviços e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Taxas auferidas com a prestação de serviços são apropriadas ao longo do mesmo período em que os serviços são prestados. O reconhecimento de receitas de serviços providas de contratos com clientes é feito de acordo com os princípios descritos no CPC 47 (IFRS 15), pelo valor que reflita contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita.

Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas ou despesas provenientes das tarifas e comissões forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 (IFRS 15) e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48 (IFRS 9), de forma diferida no resultado pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

o. Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Na rubrica resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são contabilizados os ganhos e perdas realizados e não realizados provenientes do ajuste do valor justo e o resultado relacionado à negociação de referidos ativos financeiros.

A baixa de passivos financeiros é feita quando há a extinção deles, quando é realizado o pagamento, seu cancelamento ou há a sua expiração.

5. NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) Fase II - Alterações na IFRS 4 - Contratos de Seguro, IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Fase II da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR). As alterações resumem-se em:

- Modificação de ativos e passivos financeiros: Expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desconhecimento do contrato;
- *Hedge accounting*: Fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de *hedge* (Fase I) com o reconhecimento em resultado da parcela inefetiva, criação de subcarteiras para segregação dos contratos com as taxas alteradas para *hedges* de grupo de itens, prazo de 24 meses para identificação e segregação de novo risco baseado na alteração das taxas de juros, e atualizações nas documentações de *hedge*;
- Divulgação: Requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a entidade está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das IBORs.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021 e não houve impactos para as Demonstrações Financeiras da DTFS BR.

b. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor em períodos após a data destas demonstrações financeiras em IFRS e não foram adotados antecipadamente:

IFRS 17 - Contratos de Seguro: Substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação:

- Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
- *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
- *Variable Fee Approach*: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início de respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as Demonstrações Financeiras da DTFS BR.

Alterações na IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações da IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros - Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as Demonstrações Financeiras da DTFS BR.

Alterações na IAS 12 - Impostos sobre a Renda - Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.



Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Daimler Mobility Brasil Holding S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

6. LUCRO BRUTO

	Individuais		Consolidadas	
	2021	2020	2021	2020
Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos	-	-	1.414.947	1.255.574
Empréstimos e recebíveis	-	-	1.414.947	1.255.574
Outras receitas de juros	742	603	15.135	12.518
Aplicações financeiras e interfinanceiras de liquidez	742	603	15.135	12.518
Despesas com juros e similares	-	-	(778.330)	(655.613)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(265.897)	(258.225)
Despesas com depósitos	-	-	(399.324)	(336.455)
Despesas com letras financeiras subordinadas	-	-	(108.288)	(43.578)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(4.821)	(17.355)
Resultado líquido de comissões	-	-	39.675	42.906
Receitas com comissões sobre venda de seguros	-	-	47.698	48.167
Despesa com comissões sobre venda de seguros	-	-	(4.851)	(2.103)
Impostos incidentes (ISS, PIS e COFINS)	-	-	(3.172)	(3.158)
Resultado bruto de intermediação financeira	742	603	691.427	655.385
7. RESULTADO COM PERDAS POR IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS	-	-	-	-
(Constituição) de impairment sobre operações de liquidação duvidosa	-	-	(210.235)	(159.641)
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 17e)	-	-	41.614	21.088
Total	-	-	(168.621)	(138.553)

8. DESPESAS DE PESSOAL

	2021	2020
Proventos	(58.555)	(47.208)
Encargos sociais	(19.230)	(18.079)
Outros benefícios dos funcionários	(10.866)	(11.547)
Treinamento	(378)	(357)
Remuneração de estagiários	(357)	(295)
Total	(89.386)	(77.486)

9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Despesas de serviços de terceiros	(58)	(1)
Despesas de serviços técnicos especializados	(132)	(106)
Despesas de processamento de dados	-	-
Despesa de comissão de fiança	-	-
Despesas de gravame	-	-
Despesas de aluguel	-	-
Despesa de remarketing	-	-
Despesas com depreciação e amortização	-	-
Despesas de serviços do sistema financeiro	(10)	(11)
Despesas de promoções e relações públicas	-	-
Despesas de comunicações	-	-
Despesa de notificação, emolumentos e cartórias	-	-
Despesas de seguros	-	-
Despesas de propaganda e publicidade	(179)	(261)
Despesas de viagem	-	-
Outras despesas administrativas	(4)	(5)
Total	(383)	(384)

10. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	2021	2020
Despesas tributárias	(39)	(31)
Despesa com provisões de contingências	(20)	(26)
Reversão com provisões de contingências	-	-
Reversão de provisões de operacionais	711	-
Prejuízo na venda de ativos não correntes mantidos para a venda	-	-
Risk sharing agreement	-	-
Atualizações de depósitos judiciais	21	14
Lucro na venda de investimento em controlada ¹	-	-
Outras receitas operacionais	39	331
Total	712	1.392

¹ Em 18 de março de 2019 foi firmado instrumento particular para venda de quotas da Mercedes-Benz Administradora de Consórcios Ltda. entre a DTFS BR e empresa não participante do Grupo Daimler, o processo de venda foi finalizado em maio de 2020 com o recebimento de R\$ 684 e o reconhecimento de lucro pela venda no montante de R\$ 989 e a respectiva baixa do investimento no montante de R\$ 305 (Nota 16).

11. VALOR JUSTO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo
O Grupo Financeiro Mercedes-Benz utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:
• Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
• Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
• Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

	2021				
	Individuais		Consolidadas		
	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos	17.445	17.445	210.051	36.638	246.689
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	98.233	98.233
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	17.445	17.445	210.051	36.638	246.689
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(5.698)	(5.698)
Passivos	-	-	-	(5.698)	(5.698)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(5.698)	(5.698)

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor justo, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) ativos financeiros ao custo amortizado ou (b) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
As metodologias adotadas para definição do valor justo visam atualizar os ativos, integrantes da carteira, por uma estimativa mais próxima possível dos valores praticados no mercado financeiro. O preço de mercado é obtido através de desconto de fluxos de amortizações e pagamentos de juros futuros com taxas e cotações divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

	2021					2020				
	Individuais		Consolidadas			Individuais		Consolidadas		
	contábil	justo	contábil	justo	justo	contábil	justo	contábil	justo	justo
Ativos financeiros	19.367	19.367	19.194	19.194	19.194	19.367	19.367	19.194	19.194	19.194
Caixa e equivalentes de caixa	1.922	1.922	2.358	2.358	2.358	1.922	1.922	2.358	2.358	2.358
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	17.445	17.445	16.836	16.836	16.836	19.367	19.367	19.194	19.194	19.194
Total	19.367	19.367	19.194	19.194	19.194	19.367	19.367	19.194	19.194	19.194

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Ativos financeiros	14.967.369	14.700.144	13.364.386
Caixa e equivalentes de caixa	167.580	167.580	347.861	347.861
Ativos financeiros ao custo amortizado	14.454.867	14.187.642	12.825.581	13.187.024
Instrumentos financeiros derivativos	98.233	98.233	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	246.689	246.689	190.944	190.944
Passivos financeiros	(12.187.337)	(12.187.337)	(10.892.849)	(10.892.849)
Depósitos	(7.723.024)	(7.723.024)	(5.372.394)	(5.372.394)
Obrigações por empréstimos e repasses	(2.539.968)	(2.539.968)	(2.608.772)	(2.608.772)
Títulos de dívidas emitidos	(1.918.647)	(1.918.647)	(2.883.527)	(2.883.527)
Instrumentos financeiros derivativos	(5.698)	(5.698)	(28.156)	(28.156)
Total	2.780.032	2.512.807	2.471.537	2.832.980

Os montantes de valor justo apresentados no quadro acima representam as melhores estimativas do Grupo Financeiro Mercedes-Benz baseadas em uma série de metodologias e premissas.
Em geral, o valor contábil de instrumentos financeiros de curto prazo não contabilizados de valor justo, incluindo valores a pagar e/ou a receber gerados no curso normal do negócio, se aproximam do valor justo, considerando o período relativamente curto entre

suas originações e expectativa de realização.
O valor justo da rubrica Empréstimos e recebíveis é apurado através do cálculo do valor presente do fluxo financeiro futuro da carteira de operações de crédito na data-base de fechamento. A taxa utilizada para o cálculo corresponde à taxa média contratada nas operações concedidas no mês de fechamento do exercício.
Para depósitos de instituições financeiras, de clientes e títulos de dívida emitidos, o valor justo dos recursos a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e às taxas de títulos prefixados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão na data-base de balanço. Para os recursos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.
Quanto a obrigações por empréstimos e repasses, os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de funding do portfólio.

	Individuais		Consolidadas	
	2021	2020	2021	2020
Disponibilidades	1.922	2.358	125.365	125.333
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	-	-	42.215	222.528
Total	1.922	2.358	167.580	347.861

¹ Referem-se a ativos financeiros com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

13. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO E POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Título	Vencimento	Individuais				Consolidadas			
		2021		2020		2021		2020	
		Até 90 dias	Acima de 90 dias	Até 90 dias	Acima de 90 dias	Até 90 dias	Acima de 90 dias	Até 90 dias	Acima de 90 dias
Certificado de Depósito Bancário	91 a 180 dias	5.272	5.069	22.423	15.196	-	-	-	-
	181 a 360 dias	-	-	11.767	-	-	-	-	-
	Maiores que 360 dias	12.173	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	Maiores que 360 dias	-	-	210.051	168.858	-	-	-	-
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	Sem vencimento	-	-	666	666	-	-	-	-
Total		17.445	16.836	246.689	190.944				

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
O Grupo Financeiro Mercedes-Benz, através do Banco, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades de sua operação, classificando as posições próprias em destinadas a

Swap	Local de negociação	2021				2020			
		Valor de referência	Valor de contratual	Valor justo	Ajuste ao valor justo	Valor de referência	Valor de contratual	Valor justo	Ajuste ao valor justo
Posição Ativa - DI	Balcão - Instituições financeiras	3.019.616	3.134.304	3.138.536	4.232	1.457.000	1.469.646	1.477.986	8.340
Posição Ativa - SELIC	Balcão - Instituições financeiras	832.000	834.606	834.606	-	1.560.000	1.570.754	1.570.754	-
Posição Passiva - Pré	Balcão - Instituições financeiras	(3.851.616)	(3.984.774)	(3.880.607)	104.167	(3.017.000)	(3.054.575)	(3.076.896)	(22.321)
Diferencial a pagar		-	(15.864)	92.535	108.399	-	(14.175)	(28.156)	(13.981)

	2021				2020			
	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Vencimento em dias	212	7.910	49.100	41.011	98.233	-	-	-
Swap - Diferencial a receber	-	-	-	(5.698)	(5.698)	-	-	-
Swap - Diferencial a pagar	-	-	-	(3.771)	(3.035)	(3.976)	(17.374)	(28.156)

15. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	2021		2020	
	Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro
Operações de crédito	14.454.867	12.825.581	14.294.653	12.638.321
Operações de arrendamento	-	-	118.473	147.351
Operações de crédito com ligadas ¹	-	-	41.741	39.909
(-) Provisão para perda esperada	(661.626)	(522.277)	(661.626)	(522.277)
Operações de crédito	(657.141)	(515.301)	(657.141)	(515.301)
Operações de arrendamento	(4.485)	(6.976)	(4.485)	(6.976)
Total de ativos financeiros ao custo amortizado	13.793.241	12.303.304	13.793.241	12.303.304

¹ Foram realizadas vendas de crédito de prejuízo fiscal à empresa Mercedes-Benz do Brasil Ltda., cuja homologação foi devidamente realizada pela Receita Federal do Brasil, nos valores de R\$ 33.924 e R\$ 4.785, respectivamente no ano de 2019 e 2020. Sua realização se dará apenas no vencimento pelo recebimento do valor principal somado aos juros contratados, sendo estes baseados em indicadores econômicos predefinidos.

Prefixado	2021				2020			
	Carteira Distribuição		Carteira Distribuição		Carteira Distribuição		Carteira Distribuição	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pós-fixado	1.996.217	13.811	2.075.179	16,18%	1.996.217	13.811	2.075.179	16,18%
Total	14.454.867	100%	12.825.581	100%	14.454.867	100%	12.825.581	100%

	2021				2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Sem atraso	11.465.261	1.337.986	794.623	13.597.870	11.465.261	1.337.986	794.623	13.597.870
Atraso até 30 dias	55.864	184.882	177.976	418.722	55.864	184.882	177.976	418.722
Atraso de 31 a 60 dias	-	99.185	158.510	257.695	-	99.185	158.510	257.695
Atraso de 61 a 90 dias	-	29.623	46.055	75.678	-	29.623	46.055	75.678
Atraso de 91 a 180 dias	-	-	65.687	65.687	-	-	65.687	65.687
Atraso superior a 180 dias	-	-	39.215	39.215	-	-	39.215	39.215
Total de empréstimos e recebíveis	11.521.125	1.651.676	1.282.066	14.454.867	11.521.125	1.651.676	1.282.066	14.454.867

	2021				2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Sem atraso	10.534.210	1.259.408	552.861	12.346.479	10.534.210	1.259.408	552.861	12.346.479
Atraso até 30 dias	122.699	111.306	111.060	345.065	122.699			

Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Daimler Mobility Brasil Holding S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho e (iii) para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis. O Banco e a Leasing identificaram, com base em suas diretrizes, que seus segmentos operacionais incluem financiamentos a (i) cliente de varejo - *retail* e (ii) clientes de atacado - *wholesale*. O segmento de *retail* agrupa os financiamentos concedidos aos clientes finais, pessoas físicas ou jurídicas, que agrupam prioritariamente os usuários dos veículos, enquanto o segmento de *wholesale* agrupa os financiamentos prestados à rede de concessionárias do Grupo Daimler, substancialmente em linhas de capital de

giro, com vencimento no curto prazo. As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta Administração para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos. A alta Administração utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras. As principais rubricas relacionadas aos dados contábeis constantes do balanço patrimonial e demonstração do resultado estão demonstradas a seguir:

	2021			2020		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
ATIVOS FINANCEIROS						
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	12.060.604	2.394.263	14.454.867	11.005.076	1.820.505	12.825.581
(-) Provisão para perda esperada	(552.036)	(109.590)	(661.626)	(448.143)	(74.134)	(522.277)
Total líquido de operações de crédito e arrendamento	11.508.568	2.284.673	13.793.241	10.556.933	1.746.371	12.303.304
RESULTADO						
Receita com juros e similares	1.254.160	160.787	1.414.947	1.130.263	125.311	1.255.574
Outras receitas de juros	13.415	1.720	15.135	11.269	1.249	12.518
Despesas com juros e similares	(649.463)	(128.867)	(778.330)	(562.553)	(93.060)	(655.613)
Resultado líquido de juros e similares	618.112	33.640	651.752	578.979	33.500	612.479
Resultado líquido de comissões	—	39.675	39.675	—	42.906	42.906
Perdas por <i>impairment</i> de ativos financeiros, líquidas de recuperações	(217.527)	48.906	(168.621)	(105.246)	(33.305)	(138.551)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	221.481	53.429	274.910	302.854	14.037	316.891

Na determinação de algumas rubricas como o lucro operacional, determinados componentes como despesas gerais e administrativas são alocados em cada segmento através de raterios, em função, substancialmente do portfólio dos dois segmentos.

29. GESTÃO DE RISCOS

Introdução

Conforme a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, o Conglomerado utiliza uma estrutura integrada e contínua para o gerenciamento de riscos.

Para medir, monitorar e mitigar a exposição aos diversos fatores de riscos, o Conglomerado implantou estrutura de tamanho compatível com a natureza de suas operações, cujo processo de gestão envolve a análise da evolução de sua carteira de crédito e outras atividades que a sirvam como suporte.

Diretrizes organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Riscos está orientada pela regulamentação local e pelas políticas distribuídas por sua Matriz que definem os requerimentos e padrões mínimos para realizações de suas operações dentro do Grupo Daimler.

A fim de realizar a gestão de seus fatores de riscos, o Conglomerado segmentou os riscos conforme segue:

a. Risco de Crédito

Configura-se pelo risco de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações da contraparte; a desvalorização dos ganhos esperados do instrumento financeiro devido a deterioração creditícia de qualquer parte envolvida; a deterioração resultante de reestruturação do instrumento financeiro; ou devido a custos envolvidos na recuperação dos ativos envolvidos.

Metodologia

A metodologia para medição, monitoramento e mitigação dos riscos de crédito inclui:

- Análises de crédito baseadas em ferramentas estatística/julgamental utilizadas de acordo com o tamanho de crédito e monitoradas para confirmação de seu poder preditivo;
- Estabelecimento de limites para a realização de operações de crédito;
- Sistemas para avaliação constante da evolução da carteira de crédito, tanto em nível individual quanto integrado das operações, sob diversas óticas de integração;
- Procedimentos para recuperações de crédito;
- Compatibilização do nível de provisionamento com o risco de crédito assumido, e adequação aos níveis de Patrimônio de Referência exigidos pela regulamentação;
- Testes de estresse para medições de efeitos nos principais indicadores de desempenho da instituição sob condições extremas de mercado; e
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos aos diversos níveis de gestão acerca das operações expostas ao risco de crédito.

Papéis e responsabilidades

A governança do Gerenciamento do Risco de Crédito é efetuada pelo departamento de Gerenciamento de Riscos sob a supervisão da Diretoria da instituição, que zela pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Diretoria - Responsável em acompanhar os resultados das atividades de gerenciamento do risco de crédito do Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz do Brasil sempre visando o aprimoramento do ambiente de controles e sua devida mitigação. É também responsável pela aprovação e implantação da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, incluindo as políticas, processos e procedimentos, mantendo uma forte cultura de controle dos indicadores de desempenho do ciclo de crédito.

Gerenciamento de Riscos - Responsável pelo monitoramento do risco de crédito, através da normatização dos métodos e geração de relatórios para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco de crédito e sua respectiva divulgação aos devidos níveis de gestão. Também responsável pela medição do nível de provisionamento da carteira para cobertura do risco da empresa.

Segregação de função

As funções de vendas e crédito são segregadas, assegurando duas óticas independentes no processo de gerência de risco e decisão de crédito. A área de negócios é responsável pela aquisição de novos negócios, enquanto que a área de crédito avalia o risco da solicitação de crédito feita pela área de vendas.

Políticas, estratégias e mensuração

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito e cobrança do Conglomerado estabelecem as regras definidas e aprovadas pela Matriz e abrangem os seguintes aspectos: informações cadastrais, capacidade de pagamento do cliente, tipo de produto, prazo da operação, percentual de entrada, tipo de garantia, modelos estatísticos, análise julgamental, ações de cobrança e indicadores.

Concessão e aprovação do crédito

Nenhum crédito deve ser concedido sob avaliação de um único aprovador. As operações de crédito devem ser aprovadas por pelo menos dois aprovadores, um dos quais deve, obrigatoriamente, pertencer à área de crédito.

Exceções a esta regra se aplicam apenas para créditos analisados pelo "retail". As aprovações são baseadas no sistema de atribuição de pontos (*scoring*) ou aprovações manuais feitas pelo gerente de crédito ou analistas "retail".

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito, demonstrada abaixo, não considera garantias obtidas ou melhorias de crédito que não se qualificam para compensação.

	2021	2020
Disponibilidades	125.365	125.333
Aplicações em depósitos interfinanceiros	42.215	222.528
Operações de crédito e arrendamento mercantil	13.793.241	12.303.304
Títulos e valores mobiliários	246.689	190.944
Total	14.207.510	12.842.109

Concentrações

O quadro abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por setor econômico:

	2021	2020
Outros serviços	9.813.385	8.983.390
Comércio	3.281.456	2.607.176
Indústria	228.887	231.789
Pessoas físicas	469.513	480.949
Total	13.793.241	12.303.304

O quadro abaixo demonstra a exposição dos 10 maiores clientes:

	2021	2020
Exposição	2.510.785	1.811.177
% sobre a carteira total	18.20%	14.72%

Execução de bens em garantias

O Departamento Jurídico do Conglomerado é a área responsável pela abertura e administração da ação de busca e apreensão dos bens atrelados às operações de crédito em atraso, acionando legalmente os inadimplentes para liquidação dos valores devidos através da retomada e venda dos bens, em leilão público ou venda direta para a rede de concessionários e compradores.

Durante o exercício de 2021 os bens retomados pelo Grupo atingiram o montante de R\$ 55.569 (2020 - R\$ 47.162).

O quadro a seguir apresenta o valor contábil dos ativos financeiros cujos termos foram renegociados.

	2021	2020
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	1.711.672	6.934.447
Total	1.711.672	6.934.447

b. Risco de liquidez

Configura-se pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez contempla o acompanhamento da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse. Este processo visa utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

Relatórios gerenciais e regulatórios

O Conglomerado adotou sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado.

Informações com a situação de exposição ao risco de liquidez e indicação de limites operacionais são geradas e analisadas pela área de gerenciamento de riscos, que os mantém em arquivo para referência futura.

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados através de políticas e procedimentos disponíveis a todos os níveis da instituição.

Relatório diário de fluxo de caixa

Este relatório tem por objetivo a mensuração da evolução do saldo de liquidez no próximo período de 90 dias. O relatório é composto da expectativa de entradas e saídas de caixa para o período, indicando em quais momentos do período há iminente risco de flutuação de liquidez abaixo do nível de segurança estipulado.

As variações dos valores projetados são acompanhadas diariamente pela Tesouraria e monitorados pela área de Riscos, mensalmente através de testes de aderência do fluxo projetado anteriormente e diariamente, através de recebimento do e-mail da tesouraria

com a movimentação realizada.

Todas as ocorrências de liquidez abaixo do nível de segurança são informadas ao comitê na reunião seguinte ao fato.

Plano de contingências de liquidez

O Conglomerado deverá recorrer a seu plano de contingência caso venha a enfrentar algum tipo de problema de liquidez inesperado junto ao mercado financeiro brasileiro. Depois de utilizadas todas as linhas de captação interbancárias disponíveis, o Conglomerado deverá iniciar o processo de emissão de Certificados de Depósitos Bancários ou Letras Financeiras a contrapartes já aprovadas pela Matriz tais como: *Assets*, Fundos de Pensão ou outros tipos de investidores qualificados, incluindo a Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

Assim que o plano de contingência de liquidez for acionado, a Diretoria deverá se reunir para decidir sobre a continuidade de realização de novas operações de financiamento. Enquanto isso, o Conglomerado não deverá conceder nenhum novo empréstimo sem a aprovação do CFO ou preposto da diretoria financeira até que o nível de segurança estipulado retorne ao mínimo recomendado.

Caberá então à Diretoria da empresa verificar se as condições de mercado exigirão ações adicionais como solicitação de aporte de capital ou solicitação de empréstimos junto à Matriz ou empresa controladora no Brasil.

O plano de contingências será acionado somente após a decisão em ata do Comitê de Riscos.

Back-Testing

O objetivo do *Back-Testing* (testes de aderência) é testar a validade e robustez do modelo utilizado para estimar o risco de liquidez. Os testes visam rever procedimentos e limites para a adequação de fluxo de caixa, de acordo com os resultados obtidos.

Os testes de aderência são realizados mensalmente através da comparação da movimentação realizada nos últimos 30 dias (mês anterior) em relação à movimentação projetada para o mesmo período.

Papéis e responsabilidades

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui uma estrutura compatível com a natureza de suas operações e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos.

O Conglomerado definiu uma estrutura para gerenciamento de risco de liquidez centralizada e independente que se reporta diretamente ao Comitê de Risco de Liquidez que é composto por:

Membros votantes:

- Diretor Presidente
- CFO

Membros de apoio:

- Gestor de Gerenciamento de Riscos
- Gestor de Tesouraria
- Gestor da mesa de operações da Mercedes-Benz do Brasil

O comitê reúne-se semestralmente de forma ordinária, sendo convocado para reuniões extraordinárias sempre que o acompanhamento diário do mercado indicar tendência de aumento da exposição a perdas.

As reuniões são baseadas em políticas e procedimentos aprovados pelo Comitê, que abrangem os seguintes tópicos:

- Diretrizes organizacionais
- Metodologias
- Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição
- Limites operacionais
- Relatórios gerenciais e regulatórios

Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em Comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada pela área de Gerenciamento de Riscos.

Diretrizes organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez está alinhada com as diretrizes da Daimler Financial Services Truck AG, com o Conselho Monetário Nacional e às regulamentações do Banco Central do Brasil.

O quadro a seguir mostra os passivos financeiros agrupados com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual.

	2021				Total
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias		
Depósitos	1.433.759	2.461.255	3.828.010	7.723.024	
Títulos de dívidas emitidos	155.583	1.531.569	231.495	1.918.647	
Obrigações por empréstimos e repasses	258.532	699.544	1.581.892	2.539.968	
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	5.698	5.698	
Total	1.847.874	4.692.368	5.647.095	12.187.337	

	2020				Total
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias		
Depósitos	1.706.911	1.239.860	2.425.623	5.372.394	
Títulos de dívidas emitidos	—	2.081.027	802.500	2.883.527	
Obrigações por empréstimos e repasses	316.503	818.706	1.473.563	2.608.772	
Instrumentos financeiros derivativos	3.771	7.011	17.374	28.156	
Total	2.027.185	4.146.604	4.719.060	10.892.849	

c. Risco de mercado e IRRBB

Configura-se pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*) detidas por instituição financeira. Conforme a estratégia estipulada, o Conglomerado não possui e não tem a intenção de possuir instrumentos voltados a arbitragem. Portanto, a exposição ao risco de mercado é esperada que seja nula e com baixíssima relevância.

O IRRBB (*Interest Rate Risk on Banking Book*) é tratado concomitante ao risco de mercado. Define-se como: o risco, atual ou prospectivo, do impacto de choques adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Dado que todas as operações de crédito, como as de suporte, do Conglomerado são voltadas a carteira *banking*, o IRRBB é um risco considerado relevante para Conglomerado e é tratado de forma extensiva.

Papéis e responsabilidades

O Conglomerado busca gerenciar a exposição ao risco de mercado abrangendo os principais aspectos que afetam o desempenho de seus ativos financeiros. Com o objetivo de medir, monitorar e controlar a exposição aos riscos de mercado e IRRBB, a instituição implementou estrutura de tamanho compatível com a natureza de suas operações. Esta estrutura se reporta diretamente ao Comitê de Risco de Mercado e Liquidez que é composto por:

Membros votantes:

- Diretor Presidente
- CFO

Membros de apoio:

- Gestor de Gerenciamento de Riscos
- Gestor de Tesouraria
- Gestor da mesa de operações da Mercedes-Benz do Brasil

O Comitê reúne-se semestralmente de forma ordinária, sendo convocado para reuniões extraordinárias sempre que o acompanhamento diário do mercado indicar tendência de aumento da exposição a perdas.

As reuniões são baseadas em políticas e procedimentos aprovados pelo Comitê, que abrangem os seguintes tópicos:

- Diretrizes organizacionais
- Metodologias
- Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição
- Limites operacionais
- Relatórios gerenciais e regulatórios.

Sendo que a estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado e IRRBB está alinhada com as diretrizes da Daimler Financial Services Truck AG, com o Conselho Monetário Nacional e às regulamentações do Banco Central do Brasil.

Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição

O Conglomerado adota sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado, que são testados periodicamente quanto à sua eficácia na identificação de exposição ao risco de mercado.

Relatórios com situação de exposição ao risco de mercado e indicação de limites operacionais a serem observados são diariamente gerados e analisados pela área de gerenciamento de riscos.

Os procedimentos para medição, monitoramento e controle de exposição e reporte estão claramente documentado através de política e procedimento e encontram-se disponíveis a todos os níveis da instituição para consulta através do sistema interno de divulgação de políticas.

Risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

A metodologia utilizada para o acompanhamento contínuo utilizada pelo Conglomerado é o delta EVE e delta NII de acordo com Circular 3.876/18 do Banco Central do Brasil.

Cenário Base	2021	
	Cenário de Estresse I	Cenário de Estresse II
EVE - <i>Economic Value of Equity</i>	2.709.864	(138.515)
NII - <i>Net Interest Income</i>	3.029.479	(13.288)
	154.230	18.765

Análise da sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto isolado da mudança de cada fator de risco ao resultado e é uma ferramenta complementar as demais análises do Conglomerado.

O Conglomerado adota a análise de sensibilidade para sua única carteira, *banking*, e aos seus principais fatores de risco: Prefixado e Cupom de Inflação.

O quadro a seguir demonstra a análise realizada para a data-base de fechamento do dia 31 de dezembro de 2021 para a carteira *banking*:

	2021		
	I	II	III
Prefixado	(138.336)	(170.683)	(202.191)
Cupom de inflação	(179)	(221)	(262)
Total	(138.515)	(170.904)	(202.453)

Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em Comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Testes regulares de estresse de carteira são realizados com o objetivo de estimar o impacto gerado por eventuais volatilidades do sistema financeiro. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos.

Relatórios gerenciais regulatórios

Os dados gerados para adequada medição, monitoramento e controle de exposição ao risco de mercado são usados na geração de relatórios gerenciais e regulatórios, e arquivados para referência futura.

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados e disponíveis a todos os níveis da instituição.

d. Risco operacional

A definição de risco operacional adotada pelo Conglomerado é a seguinte:

"Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o risco estratégico, de imagem e o de reputação."

Em conjunto com esta definição, o Conglomerado utiliza as seguintes categorias para classificação dos riscos operacionais:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Relações trabalhistas;
- Processos;
- Danos a ativos;
- Práticas comerciais;
- Interrupção de negócios/Falhas em sistemas; e
- Legal.

Estrutura organizacional e metodologia

Na estrutura organizacional atual, as atividades de gerenciamento de risco operacional estão sob responsabilidade da área de Gerenciamento de Riscos, subordinada à Diretoria Financeira, e com linha de reporte para o Comitê de Risco Operacional.

O Diretor Presidente foi definido como o responsável por assuntos relacionados ao gerenciamento

Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Daimler Mobility Brasil Holding S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

30. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital tem por objetivo estabelecer diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, de forma a mantê-lo compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos, com a dimensão de sua exposição a riscos e cumprimento dos requerimentos do órgão regulador. O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a

viabilizar os objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

31. Outras Informações

a. Mudança de Endereço

Com o objetivo de otimizar os processos operacionais e alinhar os propósitos de

atuação com mais sinergia junto à fábrica da Mercedes-Benz do Brasil Ltda., e com o compromisso de um trabalho em soluções centradas nas necessidades dos clientes, a Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. mudou seu endereço de São Paulo - SP (Av. do Café, 277, 5º e 6º andares, Conjuntos 502, 601 e 602 - Torre A - Vila Guarani) para São Bernardo do Campo - SP (Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, Prédio 20, 2º andar - Paulicéia) a partir de 01 de novembro de 2021.

DIRETORIA

HILKE JANSSEN
Diretora

TATIANA YOKAYAMA E SILVA
Diretora

DIEGO JULIO NOVELLINO
Diretor

MARCELLO LARUSSA
Diretor

VIVIANE JACOB
Diretora

RENATO HIDEO WATANABE
CRC 1SP 119899/O-8

CONTADOR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Do Acionista e Diretores da

Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como "controladora" e "consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2022



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

www.daimler.com

